

Parlamentaristas propõem 6 anos para Sarney

BRASILIA — O grupo parlamentarista na Assembleia Nacional Constituinte propôs ontem ao Presidente José Sarney, por intermédio do Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, a manutenção do atual mandato em seis anos e a implantação gradual do novo sistema de governo.

A informação é do Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Uma emenda nesse sentido foi elaborada ontem, no início da noite, por ele e os Deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Aloísio Campos (PMDB-PB).

Pela proposta dos parlamentaristas, no primeiro ano de mudança de regime, o Presidente Sarney indica o Primeiro-Ministro, que governará com delegação expressa do Presidente da República. Já no segundo ano, em 1989, será admitida a moção de censura e de queda do Ministério. Mas, para isso, será necessário o apoio de pelo menos dois terços do Congresso Nacional. No último ano de mandato do Presidente, em 1990, seria implantado definitivamente o parlamentarismo puro.

Esta proposta foi formalizada, além de Cid, pelo Senador José Richa (PMDB-PR), representante do chamado "Estado-Maior" do parlamentarismo, que esteve reunido ao início da tarde no apartamento do Senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

De acordo com Cid Carvalho, a emenda gradualista implanta de imediato o parlamentarismo, sem no entanto afetar os direitos adquiridos do Presidente Sarney. Esse ponto, segundo Carvalho, é considerado consenso pelo grupo parlamentarista.

Costa Couto reafirmou que o Presidente José Sarney ainda considera o presidencialismo o melhor sistema de governo para o País e que a emenda Theodoro Mendes é a que melhor traduz o pensamento do Presidente.



Costa Couto, à direita, leva Richa e Cid à saída da casa após o almoço

O Ministro ficou de levar a proposta dos parlamentaristas ao Presidente Sarney, que passa o fim de semana em seu sítio São José do Pericumã. Mas adiantou que as conversas que tem tido com os constituintes já significam um avanço na busca do entendimento. Entretanto, reiterou que o Presidente Sarney defende o presidencialismo, numa fórmula moderna, com o Congresso forte — "o presidencialismo não imperial", disse.

— O Presidente Sarney aceita o parlamentarismo? — perguntou um repórter.

— Todas as propostas estão sendo analisadas — esquivou-se Costa Couto.

O Ministro tomou a iniciativa de responder às críticas dos constituintes de que o Presidente Sarney está interferindo nos trabalhos da Constituinte.

— Isso não é verdade. O Governo é parte interessada e manifesta sua opinião, o que o Governo quer é o que seja melhor para o país, que

atenda aos anseios da população. Ele não quer impor qualquer trabalho à Constituinte, que é soberana — afirmou.

Uma das preocupações manifestadas pelo Ministro Costa Couto se relacionou com os poderes do Presidente da República no corpo permanente da Constituição, uma vez que a proposta de adoção do parlamentarismo gradual será feita nas disposições transitórias. Cid Carvalho respondeu que esta questão seria motivo de outro entendimento com o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Desta forma, não haveria necessidade de novas emendas sobre o assunto, bastando que o substitutivo do Relator já incluía o que for consenso.

Para Cid Carvalho, a maior preocupação era evitar o conflito com o Presidente Sarney. Ele afirmou que não pretende conversar com o Deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), pois "não há por que negociar com a matriz presidencialista". Em sua opi-

nião, o entendimento sobre o sistema de governo está mais próximo de ser conseguido, porque ele acredita que mesmo Sarney tenha uma certa simpatia pelo parlamentarismo.

Nas duas votações que aconteceram até agora na Constituinte, nem o parlamentarismo clássico nem o presidencialismo puro foram aprovados. Os seis anos de mandato para o atual Presidente também não foram considerados. A fórmula dos parlamentaristas inova em relação ao sistema de governo e à duração de mandato aprovados na Subcomissão do Poder Executivo e na Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo.

Mas, já há algum tempo, o Senador Afonso Arinos confundia que, para tornar viável a implantação do parlamentarismo, alguma compensação teria que ser dada ao Presidente José Sarney.

— Temos que dar alguma coisa a ele — revelou o Presidente da Comissão de Sistematização ao Deputado José Genoíno (PT-SP).

Perguntado se isto significava os seis anos, o Senador apenas levou o dedo indicador aos lábios fechados, pedindo silêncio sobre o tema.

A iniciativa do Governo de apoiar a apresentação da emenda presidencialista do Deputado Theodoro Mendes foi saudada ontem pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e pelo Ministro-Chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes, como atitude favorável à busca de entendimento entre parlamentaristas e presidencialistas.

Como já se tornou rotineiro nos fins de semana, Ulysses e Ivan Mendes se encontraram ontem. Entre outros temas debatidos, o Presidente da Constituinte e o Chefe do SNI consideraram inviável a adoção do parlamentarismo nos estados, porque seria muito dispendioso e dificultaria a administração pública.

Líder usa todas as armas para manter sistema

BRASILIA — Enrincheirado em seu gabinete, onde acumula a liderança do PFL na Câmara e na Constituinte, o Deputado José Lourenço (BA) não tem medido esforços na luta contra a implantação do parlamentarismo, e para isso usa de uma arma grande: o conhecimento das indicações feitas por deputados para cargos políticos. Com seu estilo contundente, Lourenço não hesita, por exemplo, em cobrar, há poucos dias, o apoio do Vice-Líder Alcení Guerra (PR) para a causa presidencialista lembrando que este havia tido o apoio do Presidente Sarney ao indicar o paranaense Joaquim dos Santos Filho para a Diretoria de Recursos Humanos da CEF.

— Você acabou de nomear um Diretor da Caixa e agora quer votar contra o Presidente? — indagou Lourenço ao Deputado, que oscila entre o parlamentarismo e o presidencialismo. "Ele sabe que só negócio no plano das idéias, mas, mesmo assim, tenta me convencer por outros meios", defende-se Alcení.

Lourenço, em seu trabalho de converter parlamentaristas em presidencialistas, tem esbarrado em outro resistente: o Deputado Mendes Thame (SP), que mesmo participando da comissão de avaliação do substitutivo, organizada pelo Presidente do partido, Senador Marco Maciel, anuncia que votará pelo regime parlamentarista. Com ele, Lourenço tem usado um apelo especial. "Eu tenho sido seu amigo. Você não pode me negar o voto". O Líder consegue, graças a essas amizades, medir os sentimentos da bancada em relação ao sistema de Governo, outros temas polêmicos, ou ao próprio Executivo.

Sant'Anna nega que emenda seja balão de ensaio

BRASILIA — O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, reagiu ontem às declarações do líder do grupo "Centro Democrático", Deputado Expedito Machado (PMDB-CE), de que a emenda Theodoro Mendes, propondo o presidencialismo, é apenas um balão de ensaio que busca abrir espaço para um terceira opção.

— Não sei do que o Expedito está falando. Ele tem todo o direito como parlamentar e como cidadão de expressar sua opinião e os entendimentos que mantém, mas desconheço a que ele está se referindo — disse.

Sant'Anna afirmou que suas posições são as do PMDB e a dos grupos que apoiam o Presidente Sarney. Apesar de considerar difíceis as negociações, o Líder do Governo ainda acredita que surja uma solução. A emenda presidencialista, de acordo com ele, representaria a marcação de posição do seu grupo político.

Sant'Anna ainda está muito descontente com o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), a quem acusa de apresentar o parlamentarismo clássico no texto do substitutivo, quando este sistema havia sido vencido nos cinco meses de discussão até agora. O jeito de vencer esta persistência de Cabral, no entendimento de Sant'Anna, foi a apresentação de um presidencialismo moderno, mantendo o Presidente como Chefe de Governo e de Estado, fortalecendo bastante o Congresso.

— Só nos resta fazer a grande mobilização para destacar do substitutivo a parte correspondente ao Poder Executivo e Legislativo e substituir pela emenda presidencialista.

Por virtude ou defeito, o fato é que Bernardo Cabral não sabe dizer não

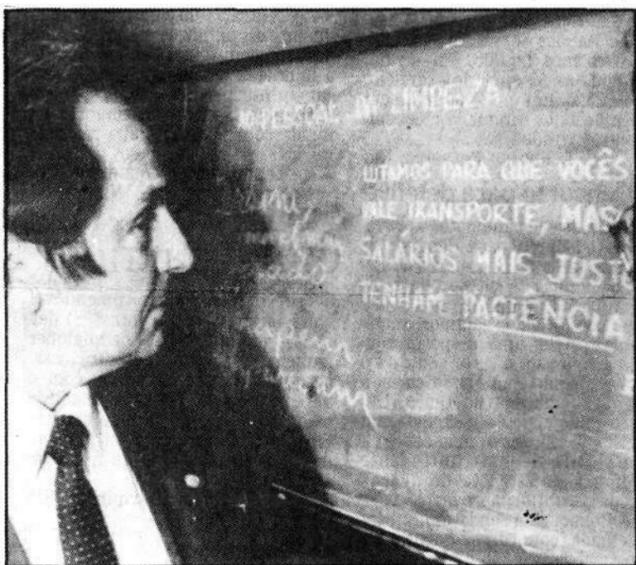
BRASILIA — Um homem quase incapaz de dizer não. Este é o Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), na definição de seus mais próximos auxiliares. Seria sua provável maior qualidade política e não menor defeito de negociador. A incapacidade de negar — como qualquer observador político sabe — nem sempre traduz aquiescência. É mais um jogo de cintura, uma tática para não fazer inimigos, ao menos próximos, que, levada a extremos, conduz a encruzilhadas. Numa delas parece estar o homem que canaliza as atenções da Constituinte, num jogo incerto de acordos e desacordos, à direita e à esquerda.

Um de seus amigos dos tempos de OAB — que Cabral presidiu de 1981 a 1983 —, o Senador José Ignácio (PMDB-ES), observa que este comportamento é mais um talento do que um defeito político. Como Relator, ele não pode enfrentar as ondas, mas — como dizia Tancredo Neves — deve ler as espumas que as ondas deixam na praia.

Por conta desse equilíbrio, a calvície avançou e os cabelos brancos aumentaram. Um amigo diplomata chegou a lhe dar pilulas para astronauta, mas ele, por enquanto, se recusa a usá-las, alegando que não quer ir para o espaço. Seu remédio para enfrentar o cansaço são as caminhadas diárias, a ginástica de academia e as brincadeiras com as netas Márcia e Ana Carolina. A saúde já lhe deu um susto: em junho, sua pressão arterial subiu.

Sua mulher, Zuleide, se queixa dos jantares incômodos, com as inevitáveis consultas de constituintes à mesa. Isto quando não é chamado para reuniões em hora incerta. Nos 24 anos de casamento, esse tumulto não aconteceu até mesmo nos tempos sombrios da crise do Riocentro, quando Cabral liderou uma campanha nacional de esclarecimento.

Há tempos ele não come seu prato predileto, "pirarucu com casca", feito do peixe misturado com farinha grossa e banana frita. Seus hábitos de católico praticante, que durante 20 anos freqüentou a igreja de São Paulo Apóstolo, no Rio, foram perturbados pela Constituinte. Para compensar, leva sempre na pasta ou na bagagem, como faz desde jovem, uma pequena imagem de



Entre acordos e desacordos Bernardo Cabral evita choques perigosos

São Francisco, de quem é devoto. E, na carteira, a oração que diz "Senhor, fazei com que eu procure mais consolar que ser consolado". Os jornais diários e as revistas semanais estão encostados. Só consegue ler o que é destacado como "muito importante" por seus assessores. O hábito de escutar música clássica ou as baladas de Nat King Cole também espera pelo fim da Constituinte, assim como o gosto pela dança.

Na terça-feira, passava da meia-noite quando Cabral e Dona Zuleide foram jantar em uma churrascaria. Cabral dava mostras claras das negociações inconclusas do dia, porque não disfarçava os bocejos. Deixaram o restaurante às 2h, sem que pudessem levar adiante conversas de família, porque um constituinte teimava em esticar uma discussão sobre o sistema de governo.

Seu filho, Antônio Júlio Bernardo, também advogado, reclama da "eterna mania de trabalho" do pai. Não questiona este ou aquele ponto da Constituição, mas a falta de, "de vez em quando, um bate papo".

Sua secretária, Maria Seroa, foi Secretária de Trabalho do Amazonas, cargo que lhe deu uma experiência que muito tem ajudado o

Relator hoje. Ela acha que os altos e baixos na pressão arterial do Deputado são passageiros.

— Se a pressão arterial subisse na proporção da quantidade de trabalho, a dele já teria explodido — diz.

Seus assessores estão mais preocupados. Temem dificuldades na elaboração do próximo substitutivo, devido às pressões sobre o Relator. Os lobistas — contra a censura, pela valorização da cultura, pela ampliação do apoio às escolas particulares — saem de seu gabinete certos de que serão atendidos. Um equívoco que a secretária Maria Seroa não estimulou.

— Ele não engana ninguém. Não promete o que não poderá ser cumprido. Nunca o vi prometendo nada que independesse dele.

Mas, entre os observadores do seu trabalho diário também estão os inimigos notórios. O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, encabeça a lista. Para ele, o que Cabral fez até agora não passa de um "embroglio".

— Estou esperando alguma demonstração do seu vasto conhecimento jurídico — ataca. — Vamos ver se no próximo trabalho ele estará à altura do seu mérito.

Paciência testada frente aos índios

BRASILIA — Além de suas preocupações naturais como Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, o Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) ainda é obrigado a perder tempo com equívocos. Na noite de terça-feira, por exemplo, 15 caciques xavantes invadiram seu gabinete para exigir a demissão do Presidente da Funai, Romero Jucá. Corrupção, maus tratos, agressão e exploração dos territórios indígenas foram algumas das acusações a Jucá.

— Nossas crianças morrem de varicela e gripe, sem assistência e sem medicamentos, enquanto o "Juquinha" gasta toda a verba da Funai viajando para cima e para baixo, pagando hotel de luxo e comendo do bom e do melhor — acusou um dos caciques.

Pintados para guerra, carregando bordunas, arcos e flechas, os caciques falavam em suas línguas, que já incorporaram alguns vocábulos portugueses vinculados à realidade contemporânea das nações indígenas, como "projetos agrícolas", "mineração", "recursos", "banco mundial", "dólares" e "cruzados". Mesclada ao incompreensível dialeto, traduzido pelo porta-voz do grupo, cacique Alexandre Uraci Xavante, veio uma frase que pode ter sido dita há 500 anos ao conquistador: "Branco quer extinguir índio, Cabral, e vai conseguir".

O Relator, tratado simplesmente por "Cabral" e "você", rendeu-se à autoridade do cacique Alexandre que, mesmo depois de saber pelo Relator que a ação era administrativa e, portanto fora do poder da Constituinte, ordenou que todos se sentassem para ouvir, um a um, os depoimentos dos caciques presentes.

Na primeira oportunidade, o Relator folheou, orgulhoso, o seu substitutivo para provar que os direitos indígenas serão preservados pela nova Constituição.

Indiferente, o cacique Alexandre afastou o documento, interrompendo o comentário do Relator:

— Isso é coisa para depois. Agora os índios querem os 60 milhões de dólares do Banco Mundial, posto de saúde e escola. "Juquinha" tem que sair da Funai — insistiu.

Fiscal de Rendas: intensivo especial na Degrau

Se você quiser saber mais sobre o programa de Fiscal de Rendas, entre em contato com a melhor empresa de cidade. A Degrau Cultural está localizada no